

Interseccionalidade e Políticas Públicas: Articulações Possíveis

Marina Bergstrom Paredes¹⁹, Renata Mirandola Bichir²⁰

1. Introdução

Interseccionalidade pode ser definida como a aproximação a um problema considerando suas multidimensionalidades, estruturas mutuamente constituintes e dinâmicas. (CRENSHAW, 2002) O termo tem difusão crescente na academia e no debate público, com a formação de um "campo" interseccional. Ainda subexplorado enquanto conceito verificável e mensurável, com desafios de instrumentalização (HANKIVSKY, CORMIER, 2011), seu crescimento reflete a capacidade de diálogo útil ao campo de políticas públicas. Dado que realidade social e problemas públicos são complexos e multidimensionais, para os quais não há soluções simples, políticas públicas configuram instrumentos de ação que podem atuar prevenindo e solucionando, ou, aprofundando ciclos de desigualdades. A interseccionalidade é abordagem que reconhece o imbricamento de tais dimensões e oferece reflexões também complexas. Sua relevância às políticas públicas não pode mais ser relativizada. (RIOS, SOTERO, 2019). Neste resumo apresentam-se os principais resultados do Trabalho de Conclusão de Curso²¹ que mapeou o estado da arte atual do debate da interseccionalidade internacional e nacionalmente, identificando quais aproximações com políticas públicas estão presentes na produção de artigos brasileiros que se propõem a olhar para os

19 Bacharela em Gestão de Políticas Públicas pela EACH/USP. É Assessora Técnica na Prefeitura de São Paulo.

20 Docente dos cursos de graduação e pós-graduação de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pós-graduação em Ciência Política (DCP/USP), também é coordenadora de pesquisa no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid/Fapesp).

21 Trabalho aprovado em 2021 para o bacharelado no curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP com orientação da Prof^a Dr^a Renata Mirandola Bichir

campos da interseccionalidade e das políticas públicas - delineando um retrato para avanço do debate.

O reconhecimento do histórico de discussão de gênero, raça e classe no Brasil é também destaque motivador da pesquisa. O histórico de produção e militância de feministas negras brasileiras como formador do terreno que recebe a interseccionalidade como conceito é essencial à compreensão da consolidação destas categorias enquanto temas de políticas públicas. A interseccionalidade na discussão de problemas e políticas públicas pode potencializar articulações que se atentem aos mecanismos e grupos sociais destacados pelo conceito e que não incorram na reprodução de estigmatização e exclusões.

2. Pesquisa

Para investigar a evolução do conceito de interseccionalidade, o debate internacional e a produção nacional de artigos que abordam interseccionalidade e políticas públicas, foi feita revisão de literatura sobre interseccionalidade e políticas públicas. A revisão²² conta com dois grupos: Revisão de Literatura e Discussão. Para o primeiro, foram consideradas 32 produções²³ estabelecendo histórico do conceito e estado da arte do debate internacional quanto à aproximação dos campos. Para a Discussão, foram analisadas 7 produções nacionais²⁴, identificando²⁵ produções que se colocam nos campos de interseccionalidade e políticas públicas.

O referencial teórico para análise dos resultados está em três frentes: conceito e histórico, debate internacional e debate nacional. Da Discussão, estabeleceram-se categorias para análise tendo em vista a obtenção de uma “fotografia” dos artigos nacionais que se propõem a debater interseccionalidade e políticas: quais

22 Nas bases: Scielo, Google Scholar e Periódicos CAPES, em português e em inglês.

23 Das 32, 19 em inglês, 13 em português. Descritores de busca: “interseccionalidade”, “interseccionalidade/raça/gênero”, “interseccionalidade e desigualdade” (em ambas as línguas) e “intersectionality/public policies”.

24 Descritores de busca: “interseccionalidade” e “políticas públicas”.

25 O processo de seleção dos textos da Discussão, que constituem o objeto de análise em si da pesquisa, considerou três fases: avaliação primária (45 textos), seleção dos cinco textos mais citados (10 textos), e, uma avaliação final (7 textos).

áreas de produção, políticas e programas mencionados, conceitos de área de políticas públicas utilizados, dentre outros, possibilitando traçar padrões, lacunas e possibilidades de avanço em debates específicos. A principal categoria trata da relação de interseccionalidade e políticas públicas segundo a proposta de cada artigo analisado. Para ela, foram tipificadas sete redações²⁶ de resultados que resumem como os campos são relacionados nas produções.

3. Resultados

Cristalizado como conceito no final da década de 80, nos Estados Unidos, a interseccionalidade se coloca a partir do histórico de discussões nos registros gênero/raça/classe. O termo evolui evidenciando sistema de mecanismos de opressão sem hierarquia entre tais estruturas, e, abordagem single issue²⁷ como insuficiente. Com evolução indissociável do campo do movimento civil organizado e das militâncias feministas negras, a interseccionalidade hoje é reconhecida como formadora de um campo acadêmico e social abrangente. É imprescindível destacar que na academia e movimentos negros e feministas brasileiros os debates que ao mesmo tempo consideram as imbricações de raça e gênero sempre foram presentes - sendo recente a incorporação do conceito formalizado. (MOUTINHO, 2014) É identificável o distanciamento ao debate internacional, destacadamente em

26 Tipificações dos resultados: “perspectiva interseccional evidencia populações específicas historicamente excluídas pelo Estado”; “intersectorialidade é necessária para abordagem interseccional”; “abordagem interseccional permite produção de melhores dados”; “perspectiva interseccional permite análise crítica dos processos político-burocráticos”; “perspectiva interseccional evidencia má ou insuficiente formação de servidores/gestores públicos”; “perspectiva interseccional amplia/aprofunda percepções, o que constitui um desafio à elaboração de políticas públicas que respondam à essa complexidade”; e, “perspectiva interseccional enquanto um aspecto da transversalidade de gênero em políticas públicas”

27 A ideia de que single issues, ou seja, problemas considerados isoladamente não são suficientes para explicar ou resolver questões sociais é central à interseccionalidade e operada a partir das ideias de subinclusão e superinclusão (CRENSHAW, 2002). A superinclusão utiliza uma única categoria, como gênero, para descrever a vivência e questões de todas as mulheres, sem observar raça, ou outras variáveis. Já a subinclusão não considera que uma categoria, como classe, pode determinar e ser determinada por questões de outra variável, como raça.

Língua inglesa, que atualmente aproxima os dois universos: a potencialidade do conceito já é para o debate internacional uma interpretação conhecida, ao passo que para o campo nacional, a ideia ganha força recentemente. Para o debate internacional, a utilidade da interseccionalidade no registro de realidades complexas já é alternativa ao estudo e enfrentamento de desigualdades. Atualmente, o debate internacional ocupa-se da discussão epistemológica do conceito e dos ensejos à operacionalização: como mensurá-lo, aplicá-lo em diagnósticos e aproveitá-lo nas análises de atores. (COLLINS, 2021)

Nas produções analisadas, quanto ao conceito de interseccionalidade usado, e, à metodologia das produções, destaca-se a predominância do debate internacional em inglês, com Crenshaw como principal referência para definição do que é interseccionalidade. Há pouco aprofundamento metodológico e de contextualização histórica da interseccionalidade.

Dentre as tipificações, destaca-se a capacidade do termo de evidenciar populações historicamente excluídas pelo Estado. Os destaques dos debates de intersectorialidade e transversalidade são interessantes ao campo de públicas por encontrar em comum a declaração de não considerar questões sociais e ações públicas a partir de uma única categoria, destacando o desafio de operacionalização do conceito: não há na abordagem interseccional framework consolidado para aplicação empírica, em termos de validação estatística e estratégias quantitativas. Já a realidade política das tentativas de arranjos transversais realizados, forçou, em alguma medida, processos de hierarquização - devendo servir de subsídio para reflexão sobre operacionalização da interseccionalidade. Destaca-se também a relevância dos processos de tradução e aproximação de pessoas e produções internacionalmente.

A presença mais frequente do termo nas produções da área da Saúde é compatível com a trajetória do contexto brasileiro e do papel da militância e movimentos sociais organizados, como indica

a literatura internacional. As áreas de estudo não se restringem exclusivamente ao campo das políticas públicas: há diversidade de temas que são terreno fértil para a aproximação do conceito de interseccionalidade.

4. Considerações

O trabalho discutiu a relevância da interseccionalidade em articulação com políticas públicas. Dentre as principais vantagens e/ou potencialidades da aproximação do conceito ao universo das políticas públicas destacam-se: o histórico de produção acadêmica consolidada nas reflexões raça/gênero/classe, assim como, de articulação social em áreas de políticas a partir de reflexões congêneres à interseccionalidade, e, de produção acadêmica acerca de desigualdades e problemas complexos, dentro e além do campo de políticas; os espaços e produções atuais de formação de opinião que consideram a interseccionalidade como relevante; os órgãos, arranjos, políticas/programas e equipamentos prévios ou existentes próximos ao debate interseccional e/ou discussões congêneres; e, por fim, a recente tradução e incorporação de produções internacionais no Brasil.

No campo das articulações possíveis para prosseguimento do debate são destacadas: o aprofundamento da análise, no registro de visibilidade de grupos e realidades específicas, de programas e políticas que já buscam atender categorias tratadas pela interseccionalidade, como mulheres negras. O destaque se dá no aproveitamento e aprofundamento de políticas e análises já realizadas, a partir da proposição de modelos de investigação que consideram a abordagem interseccional. Dessa forma, os dados já existentes ganham novas dimensões, e, questões antes invisíveis são colocadas na agenda. No que se refere à proposição de tais modelos e estratégias, destaca-se a consideração de que a sociodemografia não é suficiente à interseccionalidade. A produção de novas categorias de informações, produção e leitura de dados a partir da interseccionalidade busca mitigar a simples “sobreposição” de estruturas de opressão por meio de descritores

como raça ou gênero. Ainda, nos campos de agenda e atores, a interseccionalidade é chave para a dissecação de decisões que informam a construção de políticas. Por fim, o reconhecimento da indissociabilidade da interseccionalidade e dos movimentos sociais organizados aponta não apenas para a investigação de atores não estatais como parte de políticas públicas, mas como propostas de solução além do escopo estatal.

Referências Bibliográficas

COLLINS, Patricia Hill, et al. Critical Exchange Intersectionality as Critical Social Theory. *Contemporary Political Theory*. 20, 690-725, 2021

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, v. 43, p. 1241, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

HANKIVSKY, Olena; CORMIER, Renee. Intersectionality and public policy: Some lessons from existing models. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 1, p. 217-229, 2011.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *cadernos pagu*, p. 201-248, 2014.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional. *Plural-Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019